

EP

100 QUESTÕES INÉDITAS

LEI Nº 6.425/1972 - ESTATUTO PCPE



PCPE



CONTEÚDO DE TREINAMENTO INTENSIVO

ESTOU PREPARADO - CONCURSOS

CADERNO DE QUESTÕES INÉDITAS 2026 — POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO (PCPE)

Disciplina: Legislação Específica da PCPE | Material de Treinamento Intensivo

BLOCO 1: LEI ESTADUAL Nº 6.425/1972 (ESTATUTO DOS POLICIAIS CIVIS DE PE)

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 01

1. O regime jurídico dos funcionários policiais civis de Pernambuco é instituído pela Lei nº 6.425/1972. Nos casos omissos nessa lei especial, a qual regime legal subsidiário os referidos servidores estão sujeitos?

- A) À Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- B) À Lei Estadual nº 6.123, de 20 de julho de 1968.
- C) À Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- D) Ao Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco.
- E) À Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil (Lei nº 14.735/2023).

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 02

2. Conforme dispõe o artigo 4º do Estatuto, a função policial, por suas características e finalidades, fundamenta-se na hierarquia e na disciplina. Em relação ao exercício simultâneo da função policial com outras atividades, assinale a alternativa correta:

- A) É perfeitamente compatível com o exercício de qualquer atividade privada comercial, desde que fora do horário de expediente.
- B) É compatível com o exercício de outro cargo público efetivo de natureza policial, mediante autorização da chefia imediata.
- C) É incompatível com o desempenho de qualquer outra atividade, pública ou privada, ressalvados o magistério eventual em estabelecimento de ensino e a acumulação legal de cargos ou quando a Segurança Nacional assim o exigir.
- D) Permite a acumulação remunerada com até dois cargos de natureza estritamente policial.
- E) É compatível com a administração e gerência direta de sociedades empresariais privadas.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 03

3. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 4º, para efeito de acumulação legal de cargos, é considerado como "técnico":

- A) Qualquer cargo de provimento efetivo do Poder Executivo Estadual.
- B) O cargo de natureza policial para cujo preenchimento é exigido diploma de curso universitário ou equivalente.
- C) Apenas o cargo privativo de Delegado de Polícia Civil.
- D) O cargo policial cujo exercício exija curso de especialização com carga horária superior a 360 horas.
- E) Todo cargo que envolva a elaboração de laudos periciais e identificação datiloscópica.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 04

4. Dentre as formas de provimento dos cargos com atribuições e responsabilidades de natureza policial previstas no artigo 5º do Estatuto, NÃO se inclui a:

- A) Nomeação.
- B) Reintegração.
- C) Reversão.
- D) Ascensão funcional.
- E) Transferência.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 05

5. A nomeação para cargos de provimento efetivo no quadro da Polícia Civil far-se-á para o preenchimento de vagas existentes em classes iniciais de série de classes. Nos termos do artigo 7º, a referida nomeação exigirá aprovação prévia em concurso público de provas a ser realizado pela:

- A) Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco (SAD/PE).
- B) Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco (FUNAPE).
- C) Academia de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública.
- D) Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social.
- E) Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE/PE).

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 06

6. Carlos, ocupante de cargo policial civil de classe final de uma série de classes, pretende ser investido na classe inicial de uma série de classes afim, de nível mais elevado e de atribuições correlatas mais complexas, mediante o instituto do acesso. Além das condições e qualificações legais exigidas, o artigo 8º, parágrafo único, condiciona tal medida à:

- A) Indicação discricionária e exclusiva do Governador do Estado.
- B) Prévia aprovação do funcionário em curso específico de formação profissional realizado pela Academia de Polícia Civil.
- C) Comprovação de tempo de efetivo serviço policial não inferior a 20 (vinte) anos.
- D) Apresentação de diploma de mestrado ou doutorado na área de Ciências Criminais.
- E) Inexistência de sanções disciplinares nos últimos 10 (dez) anos de serviço.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 07

7. Para a investidura e posse nos cargos disciplinados pelo Estatuto dos Policiais Civis de Pernambuco, o candidato deve preencher diversos requisitos legais. Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE o requisito de idade e a exigência específica aplicável aos cargos de provimento efetivo, nos termos do artigo 10 e seu parágrafo único:

- A) Ter completo 21 anos de idade e apresentar laudo de hígidez financeira.
- B) Ter completo 18 anos de idade e possuir temperamento adequado ao exercício da função policial, apurado em exame psicotécnico realizado pela Academia de Polícia Civil.
- C) Ter completo 18 anos de idade e possuir habilitação para condução de veículos na categoria "D".
- D) Ter idade máxima de 35 anos na data da posse e comprovar conduta ilibada por certidão da Justiça Federal.
- E) Ter completo 21 anos de idade e ter sido aprovado em teste de aptidão física (TAF) promovido pela Polícia Militar.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 08

8. No tocante à competência para dar posse aos funcionários policiais civis de Pernambuco (Art. 11), assinale a opção correta:

- A) Compete ao Secretário de Segurança Pública dar posse a todos os funcionários policiais civis do Estado, sem exceção.
- B) O Diretor do Departamento de Pessoal é competente para dar posse ao Chefe de Gabinete, aos Diretores de Departamento e aos Delegados de Polícia.
- C) O Secretário de Segurança Pública é competente para dar posse ao seu Chefe de Gabinete, Diretores de Departamentos, Diretores Executivos, Titulares de Delegacias, Delegados em geral, Médicos Legistas e Peritos Criminais.
- D) O Governador do Estado dá posse privativamente aos Médicos Legistas e Peritos Criminais.
- E) A posse dos ocupantes de cargos de provimento efetivo em classe inicial compete exclusivamente ao Diretor da Academia de Polícia Civil.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 09

9. A remoção do funcionário policial civil é a movimentação de um para outro órgão da Secretaria de Segurança Pública ou de uma para outra localidade em que houver serviço da mesma. Sobre as regras relativas à remoção dispostas nos artigos 12 a 15, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) É expressamente vedada a remoção do funcionário policial civil para outro órgão da administração.
- B) A remoção pode ser procedida ex officio (no interesse da Administração), a pedido do funcionário ou por conveniência da disciplina.
- C) A remoção por conveniência da disciplina acarretará ao policial a perda dos direitos e vantagens atribuídos às outras formas de remoção.
- D) A remoção, em qualquer caso, inclusive por conveniência da disciplina, dependerá obrigatoriamente da existência de vaga (vaga) na lotação de destino.
- E) A remoção por conveniência da disciplina deverá ser expressamente justificada pelo chefe do serviço em que estiver lotado o funcionário.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 10

10. Um Agente de Polícia Civil foi removido ex officio da Delegacia de Petrolina para exercer suas atribuições na Delegacia de Caruaru, passando a ter exercício em nova sede. Para ressarcir as despesas de viagem e nova instalação (exceto as de transporte), ser-lhe-á concedida a vantagem de ajuda de custo. Com base no artigo 18, o valor dessa ajuda de custo:

- A)** Não excederá de um mês de vencimento e será paga adiantadamente ou na nova sede.
- B)** Equivalerá a três vezes o valor do vencimento básico e será paga em até 30 dias após a apresentação.
- C)** Será fixado em 50% da remuneração e só poderá ser paga após o término do período de trânsito.
- D)** Equivalerá exatamente ao valor gasto com o transporte da bagagem e da família.
- E)** Não excederá de dois meses de vencimento e exige comprovação posterior por notas fiscais de hospedagem.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 11

11. De acordo com o artigo 22 do Estatuto Policial Civil, o funcionário policial removido de uma para outra sede terá direito a um auxílio-moradia. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o percentual e a regra de exclusão relativos a esse benefício:

- A)** Corresponde a 10% de seu vencimento, excluindo-se as remoções ocorridas no Agreste Pernambucano.
- B)** Corresponde a 15% de seu vencimento, excluindo-se os servidores que não possuírem dependentes econômicos.
- C)** Corresponde a 20% de seu vencimento, excluindo-se desta vantagem as remoções ocorridas na área denominada de Grande Recife.
- D)** Corresponde a 30% de seu vencimento, sendo devido mesmo quando o servidor ocupar imóvel sob responsabilidade do órgão público.
- E)** Corresponde a 25% de seu vencimento, sendo exclusivo para os ocupantes de cargos de chefia ou direção.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 12

12. O policial civil removido ex officio tem direito a transporte, de domicílio a domicílio, por conta da Administração, nele compreendida a passagem e a translação da respectiva bagagem. Nos termos do artigo 23, parágrafo único, esse direito estende-se:

- A)** Apenas ao cônjuge do funcionário.
- B)** Exclusivamente aos filhos menores de 18 anos.
- C)** Aos seus dependentes e a um serviçal.
- D)** Aos seus dependentes e até dois animais de estimação.
- E)** Aos seus ascendentes e descendentes em linha reta, sem limitação.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 13

13. A Gratificação de Função Policial é devida ao funcionário em razão dos riscos decorrentes de suas atividades e por ficar, compulsoriamente, incompatibilizado para o desempenho de qualquer outra atividade pública ou privada (ressalvadas as exceções legais). Conforme o artigo 25, § 1º e § 3º, essa gratificação sujeita o policial ao regime de:

- A) Dedicção parcial, obrigando-o à prestação de, no mínimo, 120 horas mensais, podendo ser acumulada com adicional de risco de vida.
- B) Dedicção integral, obrigando-o à prestação de, no mínimo, 200 horas mensais de trabalho, sendo vedada sua acumulação com qualquer outra gratificação referente a risco de vida.
- C) Turnos ininterruptos de revezamento de 24x72 horas, sem exigência de carga horária mensal mínima.
- D) Dedicção exclusiva, com carga horária fixa de 40 horas semanais, acumulável livremente com adicionais de periculosidade.
- E) Regime de sobreaviso permanente, obrigando-o à prestação de 160 horas mensais, acumulável com a gratificação por serviço extraordinário.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 14

14. A Gratificação de Função Policial é calculada sobre o vencimento do cargo efetivo do policial civil. Nos termos do artigo 26 do Estatuto, os limites percentuais mínimo e máximo fixados para o cálculo dessa retribuição são, respectivamente:

- A) 20% e 50%.
- B) 50% e 100%.
- C) 80% e 120%.
- D) 100% e 150%.
- E) 150% e 200%.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 15

15. O funcionário policial civil efetivo que esteja percebendo a Gratificação de Função Policial em regime de dedicação integral poderá incorporar o valor dessa vantagem aos seus proventos de aposentadoria. Para que ocorra tal incorporação, o artigo 27 exige que o funcionário esteja percebendo a referida gratificação nos:

- A) 6 (seis) meses anteriores à concessão da aposentadoria.
- B) 12 (doze) meses anteriores à concessão da aposentadoria.
- C) 2 (dois) anos anteriores à concessão da aposentadoria.
- D) 5 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) interpolados anteriores à aposentadoria.
- E) 3 (três) anos ininterruptos imediatamente anteriores à aposentadoria.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 16

16. Aos funcionários policiais são atribuídas gratificações por cursos de formação, treinamento, especialização ou aperfeiçoamento realizados em estabelecimentos de ensino policial. Segundo o artigo 29, a valoração desses cursos observará os seguintes parâmetros percentuais e de carga horária:

- A)** Cursos incidentes de 5% a 20%, limite máximo somado de 30%, exigindo-se carga horária igual ou superior a 350 horas-aula.
- B)** Cursos incidentes de 10% a 30%, limite máximo somado de 50%, exigindo-se carga horária igual ou superior a 180 horas-aula.
- C)** Cursos incidentes de 2% a 10%, limite máximo somado de 20%, exigindo-se carga horária igual ou superior a 500 horas-aula.
- D)** Cursos incidentes de 15% a 25%, limite máximo somado de 40%, exigindo-se carga horária igual ou superior a 200 horas-aula.
- E)** Cursos incidentes de 5% a 15%, limite máximo somado de 25%, exigindo-se carga horária igual ou superior a 300 horas-aula.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 17

17. O artigo 30 da Lei nº 6.425/1972 elenca deveres específicos do funcionário policial, além daqueles inerentes aos demais servidores públicos civis. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um desses deveres expressos:

- A)** Exercer, cumulativamente, a advocacia privada nas horas de folga para aprimoramento jurídico.
- B)** A dedicação e a fidelidade à Pátria, cuja honra, segurança e integridade deve defender mesmo com o sacrifício da própria vida.
- C)** Recusar-se a frequentar cursos obrigatoriamente indicados pela Academia de Polícia Civil quando fora do horário normal de expediente.
- D)** Omitir fatos de conhecimento interno para preservar a imagem pública da instituição policial.
- E)** Prestar declarações públicas à imprensa sobre investigações sigilosas independentemente de autorização.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 18

18. Um Agente de Polícia Civil utilizou-se de meio anônimo para enviar uma denúncia improcedente contra o seu Delegado Titular, com o intuito de causar desgaste político. Conforme o artigo 31, inciso XVI, do Estatuto, a conduta de "utilizar-se de anonimato para quaisquer fins" configura:

- A)** Exercício regular de direito de petição.
- B)** Causa imediata de exoneração por incompetência funcional.
- C)** Transgressão disciplinar.
- D)** Meramente uma falta ética sem previsão de sanção disciplinar.
- E)** Infração penal de menor potencial ofensivo, isenta de punição administrativa.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 19

19. Considere as seguintes condutas praticadas por funcionários policiais civis de Pernambuco:

I. Praticar usura em qualquer de suas formas.

II. Manter relações de amizade ou exibir-se em público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais, sem razão de serviço.

III. Faltar à verdade no exercício de suas funções, por malícia ou má-fé.

Analisando o artigo 31 do Estatuto, assinale a opção correta:

- A)** Apenas as condutas I e II são consideradas transgressões disciplinares.
- B)** Apenas a conduta III é considerada transgressão disciplinar.
- C)** Apenas as condutas II e III são consideradas transgressões disciplinares.
- D)** Todas as condutas (I, II e III) são configuradas expressamente como transgressões disciplinares.
- E)** Nenhuma das condutas constitui transgressão disciplinar, figurando apenas no Código de Ética sem caráter punitivo.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 20

20. Conforme estabelecido no artigo 33 da Lei nº 6.425/1972, no que concerne à responsabilidade do policial civil pelo exercício regular de suas atribuições:

- A)** As instâncias civil, penal e administrativa são absolutamente dependentes entre si, de modo que a sanção administrativa exige prévia condenação penal transitada em julgado.
- B)** A responsabilidade administrativa exclui a responsabilidade civil e a penal, prevalecendo a sanção de maior gravidade.
- C)** As comissões civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa.
- D)** O pagamento da indenização cível extingue automaticamente qualquer processo disciplinar em andamento sobre o mesmo fato.
- E)** A absolvição penal por ausência de provas vincula e obriga o arquivamento do processo administrativo disciplinar.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 21

21. Dentre as penas disciplinares expressamente taxadas no artigo 34 do Estatuto dos Policiais Civis de Pernambuco, NÃO se encontra a:

- A)** Repreensão.
- B)** Multa.
- C)** Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- D)** Prisão administrativa de até 60 dias.
- E)** Detenção disciplinar.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 22

22. Na aplicação das penas disciplinares previstas no Estatuto, a autoridade julgadora deverá considerar a natureza da transgressão, sua gravidade, circunstâncias, danos, repercussão, antecedentes e reincidência. De acordo com o artigo 35, parágrafo único, constitui causa AGRAVANTE de falta disciplinar:

- A) O fato de ter sido praticada durante o gozo de férias regulamentares.
- B) O haver sido cometida em concurso com dois ou mais funcionários.
- C) A prática da infração no período noturno ou em dias de feriado.
- D) O uso de armamento oficial da corporação durante a transgressão.
- E) O fato de o infrator possuir mais de 10 anos de efetivo serviço policial.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 23

23. A pena de suspensão aplicável ao funcionário policial civil não excederá de 30 (trinta) dias e destina-se aos casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza. O artigo 37, parágrafo único, prevê o rol de transgressões consideradas graves. Assinale a alternativa que apresenta uma infração de natureza GRAVE expressa nesse dispositivo:

- A) Tratar os colegas e público em geral sem urbanidade.
- B) Retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- C) Chegar atrasado ao serviço salvo por motivo justo.
- D) Negligenciar a guarda de objetos pessoais próprios no interior da delegacia.
- E) Participar de manifestações de apreço estritamente em ambiente acadêmico.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 24

24. Tendo em vista a natureza da transgressão, as circunstâncias e a repercussão do fato, a pena de suspensão poderá ser convertida em detenção disciplinar mediante ordem por escrito do Secretário de Segurança Pública ou do Governador. Sobre a detenção disciplinar (Art. 38), é correto afirmar que:

- A) Acarretará a perda proporcional dos vencimentos do funcionário durante o seu cumprimento.
- B) O prazo de detenção poderá ser fixado em até 60 (sessenta) dias ininterruptos.
- C) Será cumprida na residência do funcionário quando não exceder de quarenta e oito horas, ou em sala especial na sede da SSP quando superior a esse prazo.
- D) Impedirá definitivamente o servidor de receber a Medalha do Mérito Policial nos dez anos subsequentes.
- E) Pode ser aplicada diretamente por qualquer Delegado Titular de Delegacia.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 25

25. A ordem de detenção disciplinar será entregue ao funcionário punido por funcionários de igual ou superior categoria, devendo conter o motivo, o prazo e o local de cumprimento. Nos termos do artigo 44, se o funcionário se recusar a cumpri-la, desatender suas normas ou praticar outra falta durante o recolhimento, ele praticará ato configurado como:

- A) Transgressão leve sujeita à pena de multa.
- B) Insubordinação grave em serviço sujeita à pena de demissão.
- C) Crime de desobediência com perda sumária da função sem contraditório.
- D) Abandono de cargo passível de cassação de aposentadoria futura.
- E) Transgressão média punível com prorrogação da detenção por mais 30 dias.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 26

26. De acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.425/1972, qual o efeito do período de cumprimento da pena de detenção disciplinar nos assentamentos funcionais do servidor atingido?

- A) O tempo é contado normalmente para fins de antiguidade na classe.
- B) O período não será computado para nenhum efeito nos assentamentos funcionais.
- C) O período é computado apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade.
- D) O tempo é computado pela metade para fins de adicionais por tempo de serviço.
- E) O período é computado exclusivamente para fins de licença-prêmio.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 27

27. Quando houver conveniência para o serviço público, a pena de suspensão aplicada ao policial civil poderá ser convertida em multa. Segundo dispõe o artigo 47, essa conversão observará a seguinte regra:

- A) Multa na base de 20% por dia do vencimento, ficando o funcionário dispensado do serviço.
- B) Multa na base de 50% por dia do vencimento ou remuneração, obrigado o funcionário a permanecer no serviço.
- C) Multa fixa equivalente a um salário mínimo vigente, devendo o funcionário cumprir meio expediente.
- D) Multa na base de 100% do vencimento diário, com afastamento compulsório das atividades de rua.
- E) Multa na base de 30% da Gratificação de Função Policial, com perda automática da escala de plantão.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 28

28. A pena de destituição de função é uma das sanções disciplinares previstas no Estatuto Policial Civil. Conforme preceitua o artigo 48, a aplicação dessa pena terá por fundamento:

- A) A condenação criminal por crime doloso contra a administração pública.
- B) A prática reiterada de jogos de azar e embriaguez habitual.
- C) A falta de exação no cumprimento do dever.
- D) O envolvimento com atividades de natureza político-partidária.
- E) A insubordinação grave praticada no interior da repartição.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 29

29. O artigo 49 do Estatuto estabelece as hipóteses em que será aplicada a pena de demissão ao funcionário policial civil. Assinale a alternativa que apresenta uma causa legal expressa de aplicação da pena de DEMISSÃO:

- A) Ofensa física à pessoa, quando em serviço, salvo em legítima defesa ou no estrito cumprimento do dever legal.
- B) Faltar ao serviço injustificadamente por 5 (cinco) dias consecutivos.
- C) Chegar atrasado à repartição por mais de 10 (dez) vezes durante o ano civil.
- D) Tratar subordinados com falta de urbanidade e uso de linguagem chula.
- E) Divulgar a escala interna de plantão semanal da delegacia para os colegas de trabalho.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 30

30. A pena de demissão também é cabível nos casos de falta injustificada ao serviço. De acordo com o artigo 49, inciso IX, configura hipótese para a aplicação da demissão a ausência injustificada por:

- A) Mais de 30 (trinta) dias consecutivos.
- B) 60 (sessenta) dias interpolados, sem causa justificada, durante o período de doze meses.
- C) 15 (quinze) dias interpolados no período de trinta dias.
- D) 45 (quarenta e cinco) dias interpolados durante o período de vinte e quatro meses.
- E) 90 (noventa) dias interpolados durante toda a carreira funcional.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 31

31. No que tange à competência para a aplicação das penalidades disciplinares no âmbito da Polícia Civil (Art. 52), assinale a afirmativa correta:

- A) A aplicação das penas de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade é de competência privativa do Governador do Estado.
- B) O Secretário de Segurança Pública é competente para aplicar qualquer penalidade, inclusive as de demissão e cassação de aposentadoria.
- C) O Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública pode aplicar a pena de suspensão por até 30 (trinta) dias.
- D) Os Diretores de Departamentos e Corregedor só possuem competência para aplicar a pena de repreensão.
- E) Os Titulares de Delegacias e Delegados de Polícia têm competência para aplicar a pena de suspensão por até 20 (vinte) dias.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 32

32. A suspensão preventiva é uma medida acautelatória applied para evitar que a presença do funcionário policial influa na apuração da falta por ele cometida. Conforme os artigos 53 a 55, a suspensão preventiva:

- A) Pode ser imposta por até 30 (trinta) dias e prorrogada pelas autoridades competentes por até 90 (noventa) dias, após o que cessarão seus efeitos mesmo se o processo não estiver concluído.
- B) Possui prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, gerando a demissão automática do servidor se ultrapassado esse período.
- C) Acarreta a perda definitiva da remuneração do servidor durante todo o período em que perdurar.
- D) Só pode ser decretada mediante ordem expressa e fundamentada do Poder Judiciário.
- E) Pode ser prorrogada por tempo indeterminado até o julgamento final do inquérito disciplinar.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 33

33. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar irregularidades cometidas por funcionários policiais civis no serviço público. Segundo o artigo 56, parágrafo único, e artigo 58, o processo disciplinar:

- A) Compreende a sindicância e o inquérito disciplinar, devendo obrigatoriamente preceder a aplicação de suspensão por mais de 15 dias, destituição de função, demissão e cassação de disponibilidade.
- B) Resume-se exclusivamente à sindicância punitiva sumária, dispensando-se o inquérito para as infrações puníveis com demissão.
- C) É facultativo quando a autoridade instauradora possuir prova testemunhal cabal do fato.
- D) É conduzido por uma comissão temporária eleita pelos próprios servidores da delegacia.
- E) Aplica-se exclusivamente aos ocupantes de cargos em comissão da Secretaria de Segurança Pública.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 34

34. Quando as irregularidades cometidas por policial civil não se revelarem evidentes ou quando for incerta a sua autoria, a autoridade instaurará uma sindicância. De acordo com o artigo 60, a sindicância será procedida por:

- A) Um único Delegado de Polícia de classe especial.
- B) Três membros da Comissão Permanente de Disciplina.
- C) Dois funcionários policiais designados mediante despacho da autoridade instauradora.
- D) Um membro do Ministério Público Estadual acompanhado de um perito.
- E) Uma junta composta pelo Corregedor Geral e dois auditores fiscais.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 35

35. O inquérito disciplinar será promovido por uma "Comissão Permanente de Disciplina". Nos termos do artigo 61 e artigo 63 do Estatuto, essa Comissão será composta de:

- A) 5 (cinco) membros, obrigatoriamente Delegados Titulares, com mandato vitalício.
- B) 3 (três) membros, de preferência Bacharéis em Direito, funcionários policiais ou não, designados pelo Secretário de Segurança Pública, com mandato de 12 meses.
- C) 4 (quatro) membros do Conselho Superior de Polícia, com mandato de 2 (dois) anos proibidamente renovável.
- D) 3 (três) membros sorteados dentre os policiais civis estáveis, com mandato de 6 (seis) meses.
- E) 2 (dois) membros indicados pelo Governador e 1 (um) indicado pelo Sindicato da categoria, com mandato de 3 (três) anos.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 36

36. O artigo 64, parágrafo único, e artigo 65, parágrafo único, conferem aos membros e ao secretário das Comissões Permanentes de Disciplina equivalência funcional e de retribuição durante o exercício dos mandatos. Assinale a alternativa correta quanto a essa equivalência:

- A) Os Presidentes das Comissões têm nível e vantagens equivalentes ao cargo de Diretor de Departamento, os membros à função de Chefe de Divisão, e o Secretário à função gratificada de mais alto nível de chefia de Seção.
- B) Os Presidentes têm nível equivalente ao Secretário de Estado, os membros a Diretor de Departamento, e o Secretário a Chefe de Divisão.
- C) Todos os membros e o secretário têm nível, vencimentos e vantagens rigorosamente idênticos ao cargo de Delegado Geral de Polícia.
- D) Os Presidentes têm nível equivalente a Chefe de Seção, e os demais membros não fazem jus a qualquer equiparação ou vantagem financeira.
- E) A equivalência é atribuída apenas aos membros que forem exclusivamente Bacharéis em Direito inscritos na OAB.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 37

37. Durante o exercício de suas atribuições na Comissão Permanente de Disciplina, os membros e o secretário da referida comissão ficarão subordinados ao seguinte regime de trabalho (Art. 66):

- A) Exercerão as atividades da Comissão em regime de acumulação com suas funções ordinárias na delegacia de origem.
- B) Somente às atividades da Comissão se dedicarão, ficando dispensados de quaisquer outros encargos e atividades.
- C) Trabalharão na Comissão exclusivamente duas vezes por semana, mantendo a escala normal de plantão policial.
- D) Prestarão serviços à Comissão sem prejuízo da realização de diligências policiais noturnas externas.
- E) Ficarão afastados sem vencimentos das funções policiais até a apresentação do relatório final.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 38

38. Se no curso do processo disciplinar o indiciado arguir a suspeição de um dos membros da Comissão Permanente de Disciplina e essa arguição for julgada procedente, o artigo 69 prescreve que:

- A) O membro julgado suspeito perderá imediatamente o seu mandato na Comissão Permanente.
- B) Todo o processo disciplinar será nulo de pleno direito, devendo os autos ser arquivados.
- C) O membro suspeito será substituído por funcionário designado pelo Secretário de Segurança Pública, apenas no processo a que ela se refere.
- D) A instrução do processo passará automaticamente para a responsabilidade do Conselho Superior de Polícia.
- E) O indiciado poderá indicar livremente o substituto de sua confiança para compor a Comissão.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 39

39. A perda dos prazos processuais previstos na legislação de regência por parte dos membros da Comissão Permanente de Disciplina gera consequências disciplinares e funcionais. Conforme o artigo 70 do Estatuto, a perda do prazo implicará:

- A) Apenas advertência verbal aplicada pelo Chefe de Gabinete.
- B) Automaticamente, na perda de mandato dos membros, que não poderão ser reconduzidos à Comissão no mandato seguinte.
- C) Prorrogação compulsória do mandato por mais 12 meses para término dos trabalhos.
- D) Abertura de inquérito policial contra os membros pela prática de crime de prevaricação.
- E) Desconto de 50% nos vencimentos dos membros durante o mês subsequente.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 40

40. A Medalha do Mérito Policial foi instituída pela Lei nº 6.425/1972 com o fim de agraciar funcionários policiais civis destacados e personalidades que prestaram relevantes serviços. De acordo com o artigo 72, a Medalha do Mérito Policial é dividida nas seguintes classes:

- A) Especial, Primeira e Segunda Classe.
- B) Ouro, Prata e Bronze.
- C) Grã-Cruz, Comendador e Oficial.
- D) Platina, Ouro e Cristal.
- E) Mérito Jurídico, Mérito Operacional e Mérito Ético.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 41

41. O Conselho Superior de Polícia é um importante colegiado estruturado no âmbito da Secretaria de Segurança Pública. Nos termos dos artigos 73 a 75, quanto à sua natureza e presidência, o Conselho Superior de Polícia é um órgão:

- A) Executivo e punitivo, que tem como Presidente nato o Corregedor Geral de Defesa Social.
- B) Político e legislativo, que tem como Presidente nato o Governador do Estado.
- C) Consultivo, normativo e opinativo, que tem como Presidente e Vice-Presidente natos, respectivamente, o Secretário de Segurança Pública e o seu Chefe de Gabinete.
- D) Jurisdicional e autônomo, presidido obrigatoriamente por um Desembargador do Tribunal de Justiça.
- E) Sindical e representativo, presidido pelo Diretor da Academia de Polícia Civil.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 42

42. Além de suas atribuições normativas e consultivas em assuntos gerais de polícia, incumbe também ao Conselho Superior de Polícia (Art. 76):

- A) Realizar as provas e exames psicotécnicos dos concursos públicos para ingresso na Polícia Civil.
- B) Aplicar a pena de demissão aos policiais civis envolvidos em improbidade administrativa.
- C) Examina, julgar e aprovar os casos de concessão da Medalha do Mérito Policial, bem como as classes a serem concedidas.
- D) Autorizar as despesas de custeio e locação de imóveis para as delegacias de polícia.
- E) Elaborar a lista tríplice para a escolha do Chefe da Polícia Civil do Estado.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 43

43. O artigo 79 do Estatuto prevê uma atuação extraordinária do Conselho Superior de Polícia. Quando convocado extraordinariamente por seu Presidente para esse fim específico, o Conselho se reunirá como:

- A) Tribunal de Ética, para dar parecer, a pedido da Comissão Permanente de Disciplina, sobre conduta ou atos de funcionário policial a fim de instruir processos disciplinares.
- B) Conselho de Justificação Militar, para julgar a perda do posto e da patente de oficiais.
- C) Comissão Exonerativa, para emitir ordem direta de demissão a bem do serviço público.
- D) Banca Examinadora, para avaliar o desempenho final de alunos do curso de formação.
- E) Tribunal do Júri Administrativo, com poder de julgar crimes dolosos contra a vida.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 44

44. O dia 21 de abril possui um significado especial no âmbito do funcionalismo policial estadual de Pernambuco. Conforme o artigo 81 da Lei nº 6.425/1972, essa data é legalmente consagrada ao:

- A) Dia do Servidor Público Estadual em geral.
- B) Funcionário Policial Civil.
- C) Patrono da Polícia Militar do Estado.
- D) Aniversário de Fundação da Secretaria de Segurança Pública.
- E) Dia do Perito Criminal e Médico Legista.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 45

45. Um Agente de Polícia Civil sofreu um acidente grave durante uma diligência de captura de criminosos, vindo a se invalidar definitivamente para o serviço em razão do cumprimento desse encargo público. Nos termos do artigo 82 do Estatuto Policial Civil, o referido funcionário:

- A)** Será exonerado a pedido e receberá uma indenização única no valor de dez salários mínimos.
- B)** Será readaptado obrigatoriamente em funções burocráticas internas mantendo o mesmo vencimento.
- C)** Será promovido ao padrão imediatamente superior ao seu, pelo princípio de merecimento, e aposentado com os vencimentos e vantagens do novo cargo.
- D)** Será colocado em disponibilidade remunerada proporcional até atingir a idade para aposentadoria compulsória.
- E)** Receberá um auxílio-invalidez temporário sem alteração de sua classe funcional ou promoção.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 46

46. A respeito da promoção por invalidez em razão de serviço prevista no artigo 82, o seu parágrafo único estabelece uma regra importante quanto ao fluxo de carreira. Assinale-a:

- A)** A promoção por invalidez dependerá de aprovação prévia em concurso interno de títulos.
- B)** A promoção de que trata este artigo não será considerada para efeito de alternância dos critérios de promoção.
- C)** A promoção por invalidez extingue automaticamente a vaga na classe superior sem possibilidade de provimento futuro.
- D)** O policial promovido por invalidez perderá o direito de receber o auxílio-acidente médico-hospitalar.
- E)** A promoção só produzirá efeitos financeiros após 5 (cinco) anos da concessão da aposentadoria.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 47

47. A Lei nº 6.425/1972 assegura o direito à pensão especial aos beneficiários do funcionário policial civil que vier a falecer em razão do serviço ou de moléstia dele decorrente. Nos termos do artigo 83, § 1º, qual é o valor dessa pensão especial?

- A)** Somada à que couber pelo órgão de previdência, equivalerá ao vencimento ou remuneração integral do padrão imediatamente superior ao do funcionário falecido.
- B)** Equivalerá estritamente a 50% do vencimento básico percebido na data do óbito.
- C)** Será equivalente ao dobro do teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- D)** Somada à previdência, não poderá ultrapassar o valor do salário mínimo vigente no Estado.
- E)** Equivalerá exatamente ao valor do vencimento da classe inicial da carreira policial.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 48

48. No cálculo da pensão especial devida aos beneficiários do policial falecido em razão do serviço, o artigo 83, § 2º, estabelece que serão consideradas integrantes do vencimento (desde que pagas legalmente na ocasião do óbito):

- A) Apenas as diárias e a ajuda de custo de instalação.
- B) As gratificações adicional por tempo de serviço e de função policial.
- C) O auxílio-moradia e a gratificação de representação de gabinete.
- D) Exclusivamente a gratificação por prestação de serviço extraordinário.
- E) Nenhuma gratificação, devendo o cálculo incidir estritamente sobre o vencimento-base isolado.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 49

49. Um funcionário policial civil pode ser cedido ou posto à disposição de outro órgão ou entidade pública. De acordo com as condições restritivas fixadas no artigo 86 do Estatuto, essa cessão:

- A) Pode ocorrer livremente para qualquer órgão federal, estadual ou municipal, para o exercício de qualquer atividade administrativa.
- B) Só poderá ocorrer para outro órgão da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal, a critério do Governador, a prazo certo, para exercer atividades de natureza policial.
- C) É expressamente proibida em qualquer hipótese, gerando a demissão imediata do policial ciente.
- D) Depende de autorização do Poder Judiciário e só pode ser concedida para o exercício de mandato classista.
- E) Pode ocorrer a critério do Secretário de Segurança Pública, sem limite de prazo, para cargos de qualquer natureza.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 50

50. O Código de Ética na Execução da Lei, anexo ao Estatuto dos Policiais Civis de Pernambuco, estabelece deveres fundamentais do policial. Assinale a alternativa que traz uma diretriz ética expressa nesse código:

- A) O policial pode permitir que sentimentos pessoais e inimizades influenciem suas decisões em casos de repercussão.
- B) O policial reconhece o distintivo de sua Instituição como um símbolo de fé pública e aceita-o como uma confiança do público.
- C) É facultado ao policial aceitar gratificações financeiras privadas quando prestar auxílio relevante à comunidade.
- D) O policial deve divulgar segredos confidenciais de repartição quando requisitado por meios de comunicação social.
- E) O emprego de força ou violência desnecessária é tolerado quando se tratar de criminosos reincidentes em infrações graves.

FOLHA DE GABARITO RÁPIDO

Q01	Q02	Q03	Q04	Q05	Q06	Q07	Q08	Q09	Q10
B	C	B	D	C	B	B	C	D	A
Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19	Q20
C	C	B	D	C	A	B	C	D	C
Q21	Q22	Q23	Q24	Q25	Q26	Q27	Q28	Q29	Q30
D	B	B	C	B	B	B	C	A	B
Q31	Q32	Q33	Q34	Q35	Q36	Q37	Q38	Q39	Q40
A	A	A	C	B	A	B	C	B	B
Q41	Q42	Q43	Q44	Q45	Q46	Q47	Q48	Q49	Q50
C	C	A	B	C	B	A	B	B	B

JUSTIFICATIVAS E COMENTÁRIOS DOS GABARITOS

QUESTÃO 01 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 2º, Parágrafo Único: Nos casos omissos na Lei nº 6.425/1972, os funcionários policiais civis ficam sujeitos ao regime jurídico instituído pela Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco).

QUESTÃO 02 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 4º: A função policial é incompatível com o desempenho de qualquer outra atividade, pública ou privada, ressalvados o magistério eventual em estabelecimento de ensino e a acumulação legal de cargos ou quando a Segurança Nacional assim o exigir.

QUESTÃO 03 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 4º, § 1º: Para efeito de acumulação legal de cargos, é considerado como técnico o cargo de natureza policial para cujo preenchimento é exigido diploma de curso universitário ou equivalente.

QUESTÃO 04 **GABARITO: D**

Justificativa: Art. 5º: Os cargos policiais serão preenchidos por: I - nomeação; II - acesso; III - promoção; IV - reintegração; V - aproveitamento; VI - reversão; VII - transferência. O termo "ascensão funcional" não consta do rol legal.

QUESTÃO 05 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 7º: A nomeação para cargos de provimento efetivo exigirá aprovação prévia em concurso público de provas a ser realizado pela Academia de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública.

QUESTÃO 06 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 8º, Parágrafo Único: O acesso ficará condicionado à prévia aprovação do funcionário em curso específico de formação profissional realizado pela Academia de Polícia Civil.

QUESTÃO 07 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 10, II, c/c Parágrafo Único, I: Exige-se ter completo 18 anos de idade e possuir temperamento adequado ao exercício da função policial, apurado em exame psicotécnico realizado através da Academia de Polícia Civil.

QUESTÃO 08 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 11, I: O Secretário de Segurança Pública é competente para dar posse ao seu Chefe de Gabinete, Diretores de Departamentos e órgãos equivalentes, Diretores Executivos, Titulares de Delegacias, Delegados em geral, Médicos Legistas e Peritos Criminais.

QUESTÃO 09 **GABARITO: D**

Justificativa: Art. 15 c/c Art. 14: A remoção, em qualquer caso, dependerá da existência de vaga (vaga) da lotação, salvo a remoção por conveniência da disciplina (Art. 14). Logo, a assertiva D está incorreta ao afirmar que a remoção por conveniência da disciplina depende de vaga na lotação.

QUESTÃO 10 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 18, § 1º e § 2º: A ajuda de custo não excederá de um mês de vencimento e será paga adiantadamente ao funcionário policial ou, se este o preferir, na nova sede.

QUESTÃO 11 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 22: O funcionário policial removido de uma para outra sede terá direito ao auxílio-moradia correspondente a 20% de seu vencimento, excluindo-se desta vantagem as remoções ocorridas na área denominada de Grande Recife.

QUESTÃO 12 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 23, Parágrafo Único: O direito ao transporte por conta da Administração estende-se aos dependentes do policial e a um serviçal.

QUESTÃO 13 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 25, § 1º e § 3º: A gratificação sujeitará o policial ao regime de dedicação integral, obrigando-o à prestação de, no mínimo, 200 horas mensais de trabalho, não podendo ser acumulada com qualquer outra referente a risco de vida.

QUESTÃO 14 **GABARITO: D**

Justificativa: Art. 26: A Gratificação de Função Policial será calculada sobre o vencimento do cargo efetivo e fixada entre os limites mínimos de 100% (cem por cento) e máximo de 150% (cento e cinquenta por cento).

QUESTÃO 15 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 27: Exige-se que nos dois anos anteriores à concessão da aposentadoria o funcionário esteja percebendo, em regime de dedicação integral, a Gratificação de Função Policial para ter direito à sua incorporação aos proventos.

QUESTÃO 16 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 29, § 1º e § 2º: Os cursos serão valorados em percentuais de 5% a 20%, não podendo a soma exceder o limite máximo de 30%, sendo sujeitos à valoração apenas cursos com duração igual ou superior a 350 horas-aula.

QUESTÃO 17 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 30, I: É dever do policial a dedicação e a fidelidade à Pátria, cuja honra, segurança e integridade deve defender mesmo com o sacrifício da própria vida.

QUESTÃO 18 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 31, XVI: "utilizar-se de anonimato para quaisquer fins" está expressamente previsto no rol do Art. 31 como uma transgressão disciplinar.

QUESTÃO 19 **GABARITO: D**

Justificativa: Art. 31, XVII, XVIII e XIX: Todas as três condutas trazidas na questão são expressamente tipificadas como transgressões disciplinares pelos incisos XVII (usura), XVIII (amizade/exibição pública com pessoas de antecedentes desabonadores sem razão de serviço) e XIX (faltar à verdade por malícia ou má-fé).

QUESTÃO 20 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 33: As comissões civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa (princípio da independência das instâncias).

QUESTÃO 21 **GABARITO: D**

Justificativa: Art. 34: São penas disciplinares: I - repreensão; II - multa; III - suspensão; IV - detenção disciplinar; V - destituição de função; VI - demissão; VII - cassação de aposentadoria ou disponibilidade. A "prisão administrativa" não existe no rol disciplinar do estatuto.

QUESTÃO 22 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 35, Parágrafo Único: É causa agravante de falta disciplinar o haver sido cometida em concurso com dois ou mais funcionários.

QUESTÃO 23 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 37, Parágrafo Único: O item IX do Art. 31 ("retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição") é expressamente considerado de natureza grave pelo parágrafo único do Art. 37.

QUESTÃO 24 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 38, § 2º: A detenção disciplinar não acarreta perda de vencimentos e será cumprida: I - na residência do funcionário, quando não exceder de 48 horas; II - em sala especial, na sede da SSP, em repartição designada pelo Secretário.

QUESTÃO 25 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 44: O funcionário policial que se recusar a cumprir ordem de detenção disciplinar ou desatender suas normas praticará transgressão configurada de insubordinação grave em serviço, sujeita à pena de demissão.

QUESTÃO 26 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 45: O período de cumprimento da pena de detenção disciplinar não será computado para nenhum efeito nos assentamentos funcionais do servidor atingido pela referida penalidade.

QUESTÃO 27 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 47: A pena de suspensão poderá, quando houver conveniência para o serviço, ser convertida em multa, na base de 50% por dia do vencimento ou remuneração, obrigado o funcionário a permanecer no serviço.

QUESTÃO 28 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 48: A destituição de função terá por fundamento a falta de exação no cumprimento do dever.

QUESTÃO 29 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 49, V: A pena de demissão será aplicada no caso de ofensa física à pessoa, quando em serviço, salvo em legítima defesa ou no estrito cumprimento do dever legal.

QUESTÃO 30 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 49, IX: A pena de demissão será aplicada no caso de falta ao serviço por 60 (sessenta) dias interpolados, sem causa justificada, durante o período de 12 (doze) meses (ou durante o período de detenção disciplinar).

QUESTÃO 31 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 52, I: O Governador é competente para aplicação das penalidades em qualquer caso e, privativamente, nos casos de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

QUESTÃO 32 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 53 c/c Art. 55: A suspensão preventiva pode ser imposta por até 30 dias e prorrogada pelas autoridades competentes até 90 dias, após o que cessarão os respectivos efeitos, ainda que o processo não esteja concluído.

QUESTÃO 33 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 56, Parágrafo Único, e Art. 58: O processo disciplinar compreende a sindicância e o inquérito disciplinar, precedendo obrigatoriamente as penas de suspensão por mais de 15 dias, destituição de função, demissão e cassação de disponibilidade.

QUESTÃO 34 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 60: A sindicância será instaurada quando as irregularidades não se revelarem evidentes ou quando for incerta a sua autoria e será procedida por dois funcionários policiais designados mediante despacho da autoridade instauradora.

QUESTÃO 35 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 61 c/c Art. 63: O inquérito disciplinar é promovido pela Comissão Permanente de Disciplina, composta de 3 membros, de preferência Bacharéis em Direito, funcionários policiais ou não, designados pelo Secretário de Segurança Pública, com mandato de 12 meses.

QUESTÃO 36 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 64, Parágrafo Único, e Art. 65, Parágrafo Único: Os presidentes das Comissões têm equivalência ao cargo de Diretores de Departamento; os demais membros à função de Chefe de Divisão; e o Secretário à função gratificada de mais alto nível de chefia de Seção.

QUESTÃO 37 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 66: Os servidores citados, enquanto integrarem as Comissões Permanentes de Disciplina, somente a elas se dedicarão, ficando dispensados de quaisquer outros encargos e atividades.

QUESTÃO 38 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 69: No caso de alegação de suspeição procedente, não ocorrerá perda de mandato do membro, devendo o mesmo ser substituído por funcionário designado pelo Secretário de Segurança Pública, apenas no processo a que ela se refere.

QUESTÃO 39 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 70: A perda dos prazos previstos implicará, automaticamente, na perda de mandato dos membros de Comissão Permanente de Disciplina, que não poderão ser reconduzidos à mesma no mandato seguinte.

QUESTÃO 40 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 72: Fica instituída a Medalha do Mérito Policial nas classes Ouro, Prata e Bronze.

QUESTÃO 41 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 74 e Art. 75: O Conselho Superior de Polícia é órgão consultivo, normativo e opinativo, tendo como Presidente e Vice-Presidente natos, respectivamente, o Secretário de Segurança Pública e o seu Chefe de Gabinete.

QUESTÃO 42 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 76: Incumbe ao Conselho Superior de Polícia examinar, julgar e aprovar os casos de concessão a funcionários policiais civis e personalidades da Medalha do Mérito Policial, bem como as classes a serem concedidas.

QUESTÃO 43 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 79: Extraordinariamente, por convocação do Presidente, o Conselho reunir-se-á como Tribunal de Ética, para dar parecer, a pedido da Comissão Permanente de Disciplina, sobre conduta ou atos de funcionário policial a fim de instruir processos disciplinares.

QUESTÃO 44 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 81: O dia 21 de abril será consagrado ao funcionário policial civil.

QUESTÃO 45 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 82: O funcionário policial civil que se invalidar, definitivamente, em razão de serviço, será promovido ao padrão imediatamente superior ao seu, pelo princípio de merecimento, e aposentado com os vencimentos e vantagens do novo cargo.

QUESTÃO 46 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 82, Parágrafo Único: A promoção por invalidez em razão de serviço não será considerada para efeito de alternância dos critérios de promoção.

QUESTÃO 47 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 83, § 1º: A pensão especial, somada à que couber pelo órgão de previdência, equivalerá ao vencimento ou remuneração integral do padrão imediatamente superior ao do funcionário falecido.

QUESTÃO 48 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 83, § 2º: Serão considerados integrantes do vencimento, desde que pagas legalmente na ocasião do óbito, as gratificações adicional por tempo de serviço e de função policial.

QUESTÃO 49 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 86: O funcionário policial civil só poderá ser posto à disposição de outro órgão da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal, a critério do Governador, a prazo certo, para exercer atividades de natureza policial.

QUESTÃO 50 **GABARITO: B**

Justificativa: Código de Ética na Execução da Lei (Anexo): O policial declara expressamente: "Reconheço o distintivo de minha Instituição como um símbolo de fé pública; e o aceito como uma confiança do público, que devo sempre manter enquanto estiver verdadeiramente compenetrado com a ética do serviço policial".

ESTOU PREPARADO - CONCURSOS

CADERNO DE QUESTÕES INÉDITAS 2026 — POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO (PCPE)

Disciplina: Legislação Específica da PCPE | Material de Treinamento Intensivo

CADERNO DE QUESTÕES (BLOCO II): LEI ESTADUAL Nº 6.425/1972

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 01

1. O artigo 3º da Lei nº 6.425/1972 define quem são os policiais civis abrangidos pelo Estatuto. Nos termos do parágrafo único desse artigo, também são considerados funcionários policiais civis para os efeitos da lei:

- A) Os ocupantes de cargos em comissão ou funções gratificadas, com atribuições e responsabilidades de natureza policial.
- B) Os servidores administrativos terceirizados lotados nas delegacias seccionais.
- C) Os policiais militares postos à disposição do Gabinete do Secretário de Segurança Pública.
- D) Os estagiários de nível superior contratados para prestar apoio técnico à Polícia Científica.
- E) Os vigias municipais que auxiliam na guarda patrimonial de prédios policiais.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 02

2. Considere que o Estado de Pernambuco esteja enfrentando uma situação de ameaça grave que exija providências no âmbito da Segurança Nacional. De acordo com o artigo 4º, § 3º, a atuação ou acumulação do funcionário policial civil nessa hipótese fica subordinada à autorização expressa do:

- A) Governador do Estado de Pernambuco.
- B) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
- C) Secretário de Segurança Pública.
- D) Chefe do Departamento de Polícia Judiciária.
- E) Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 03

3. Dentre as formas de provimento de cargos de natureza policial previstas no artigo 5º do Estatuto, aquela que consiste no retorno do funcionário demitido ao serviço público, por decisão administrativa ou judicial com ressarcimento dos prejuízos, denomina-se:

- A) Reversão.
- B) Reintegração.
- C) Aproveitamento.
- D) Transferência.
- E) Acesso.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 04

4. O artigo 6º estabelece que a nomeação para os cargos abrangidos pelo Estatuto Policial Civil far-se-á exclusivamente em caráter efetivo ou em comissão. A nomeação em comissão ocorrerá especificamente quando se tratar de:

- A) Cargo integrante da classe inicial de séries de classes.
- B) Cargo de natureza técnica cujo provimento exija diploma de mestrado.
- C) Cargo de chefia intermediária com atribuições puramente burocráticas.
- D) Cargo isolado que, em virtude de Lei, assim deva ser provido.
- E) Qualquer cargo de atividade policial durante o período de estágio probatório.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 05

5. Um funcionário policial civil que se encontrava em disponibilidade foi chamado para retornar ao serviço ativo para preencher vaga existente no quadro. Nos termos do artigo 9º do Estatuto, nos casos de aproveitamento ou transferência para cargos de provimento efetivo de natureza policial, a efetivação da medida fica condicionada à:

- A) Prévia aprovação do servidor em inspeção de saúde realizada pela Junta Médica Militar.
- B) Prévia aprovação em curso respectivo a ser realizado pela Academia de Polícia Civil.
- C) Apresentação de certidão negativa de sanções disciplinares fornecida pela Corregedoria.
- D) Concordância expressa do sindicato representativo dos policiais civis.
- E) Homologação do ato pelo Conselho Superior de Polícia em sessão secreta.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 06

6. De acordo com o artigo 10 do Estatuto, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE dois dos requisitos gerais indispensáveis para que qualquer candidato possa tomar posse nos cargos policiais civis:

- A) Ter completo vinte e um anos de idade e possuir nível superior em Direito.
- B) Ser brasileiro e estar em gozo dos direitos políticos.
- C) Estar bastante quite com o serviço militar e ter idade máxima de trinta e cinco anos.
- D) Ter conduta ilibada e possuir habitação própria no município de lotação.
- E) Estar bastante quite com as obrigações eleitorais e ter concluído curso de pós-graduação.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 07

7. No âmbito da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, a competência para dar posse aos funcionários policiais é repartida no artigo 11. A posse dos funcionários policiais nos casos não atribuídos expressamente ao Secretário de Segurança Pública (como nas classes iniciais de agentes e escrivães) compete ao:

- A) Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública.
- B) Diretor do Departamento de Pessoal.
- C) Diretor da Academia de Polícia Civil.
- D) Presidente do Conselho Superior de Polícia.
- E) Corregedor Geral da Secretaria de Defesa Social.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 08

8. Um Agente de Polícia foi removido por decisão fundamentada de sua chefia sob a justificativa de "conveniência da disciplina". Com base nos artigos 13 e 14 da Lei nº 6.425/1972, essa modalidade de remoção:

- A) Concede ao policial direito ao recebimento de ajuda de custo em valor dobrado.
- B) Acarretará ao funcionário a perda dos direitos e vantagens atribuídos às outras formas de remoção.
- C) Depende da comprovação de vaga prévia no órgão de destino para ser convalidada.
- D) É isenta de fundamentação por se tratar de ato discricionário e secreto.
- E) Garante ao policial e seus dependentes indenização especial de transferência de domicílio.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 09

9. O artigo 17 do Estatuto lista as vantagens pecuniárias que podem ser conferidas ao funcionário policial civil além do vencimento. Dentre as opções abaixo, assinale a que NÃO figura no rol de vantagens do referido artigo:

- A) Auxílio-acidente.
- B) Auxílio-moradia.
- C) Ajuda de custo.
- D) Participação nos lucros e resultados do Estado.
- E) Gratificações.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 10

10. Um Perito Criminal precisou deslocar-se temporariamente de sua sede de exercício para realizar diligências periciais e estudos em outro município do interior do Estado. Nos termos do artigo 19, para indenizar as despesas de alimentação e pousada durante o período de ausência, conceder-se-á ao policial:

- A) Diárias.
- B) Ajuda de custo de instalação.
- C) Auxílio-moradia extraordinário.
- D) Gratificação de representação de gabinete.
- E) Adicional de permanência em serviço.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 11

11. Quando um funcionário policial civil é ferido ou acidentado em serviço, o artigo 21 da Lei nº 6.425/1972 prevê a concessão de auxílio-acidente. De acordo com os parágrafos do referido artigo, a concessão desse auxílio exige que o acidente:

- A) Seja atestado pelo chefe do órgão lotado e homologado por ato do Secretário de Segurança Pública.
- B) Seja reconhecido por sentença judicial em ação acidentária de trânsito em julgado.
- C) Ocorra exclusivamente durante o cumprimento de mandados judiciais de prisão.
- D) Seja atestado por junta médica do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.
- E) Tenha gerado incapacidade permanente total apurada em inquérito policial civil.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 12

12. O funcionário policial civil removido ex officio de uma sede para outra faz jus a transporte por conta da Administração. Segundo o artigo 23, o transporte abrange de domicílio a domicílio:

- A) Apenas a passagem pessoal do servidor público removido.
- B) A passagem e a translação da respectiva bagagem, estendendo-se aos dependentes e a um serviçal.
- C) Exclusivamente a passagem do policial e de seu cônjuge ou companheiro.
- D) A translação dos bens móveis, excluindo-se as passagens terrestres ou aéreas da família.
- E) As passagens da família e o transporte de até dois veículos automotores particulares.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 13

13. O artigo 24 do Estatuto Policial Civil contempla um rol de gratificações que podem ser atribuídas ao funcionário policial. Assinale a alternativa que indica uma gratificação expressamente prevista no inciso VIII desse artigo:

- A)** Pelo exercício do cargo de Chefe da Polícia Civil em substituição temporária.
- B)** Pela elaboração do relatório anual de gestão da Secretaria de Segurança Pública.
- C)** Pelo exercício de encargos de auxiliar, professor ou instrutor em cursos legalmente instituídos pela Academia de Polícia Civil.
- D)** Pelo desempenho de atividades policiais em dias de feriados nacionais ou estaduais.
- E)** Pelo uso continuado de fardamento operacional e armamento próprio.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 14

14. A Gratificação de Função Policial é devida ao policial em razão do risco de suas atividades e da incompatibilidade compulsória com outras funções. Conforme prevê o artigo 25, § 2º, o regime de dedicação integral decorrente dessa gratificação:

- A)** É genérico para todos os servidores civis estaduais regidos pela Lei nº 6.123/1968.
- B)** É específico do funcionário policial civil, e o exclui dos regimes previstos no artigo 171 da Lei nº 6.123/1968.
- C)** Permite que o policial cumpra carga horária reduzida mediante compensação voluntária.
- D)** Autoriza o recebimento concomitante do adicional de periculosidade da CLT.
- E)** Exige a prestação contínua de 400 horas mensais de plantão policial presencial.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 15

15. Quando a Gratificação de Função Policial for paga a ocupante de cargo ou função de chefia ou assessoramento com atribuições policiais, o artigo 26, § 1º, estabelece que ela será calculada sobre:

- A)** O valor do menor vencimento pago na tabela do quadro policial civil.
- B)** O valor do vencimento atribuído ao símbolo do cargo em comissão ou função gratificada.
- C)** O vencimento-base do cargo efetivo de Delegado de Classe Especial.
- D)** A média salarial de todos os servidores lotados na mesma repartição.
- E)** O teto remuneratório constitucional fixado para os Desembargadores estaduais.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 16

16. As Gratificações por Cursos de Formação, Treinamento ou Aperfeiçoamento concedidas aos policiais civis incidem sobre o seu vencimento. Nos termos do artigo 29, § 1º, os percentuais atribuídos a cada curso individualmente variam de:

- A)** 1% a 5%.
- B)** 5% a 20%.
- C)** 10% a 30%.
- D)** 15% a 40%.
- E)** 20% a 50%.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 17

17. Além dos deveres inerentes a todos os servidores públicos civis do Estado, o artigo 30 do Estatuto impõe deveres disciplinares próprios ao funcionário policial. Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE um desses deveres específicos:

- A)** Frequentar, com assiduidade, para fins de aperfeiçoamento profissional, os cursos instituídos pela Academia de Polícia Civil em que haja sido compulsoriamente matriculado.
- B)** Prestar informações diárias aos meios de comunicação sobre ocorrências policiais locais.
- C)** Atender a pedidos de intermediação particular junto a órgãos públicos para obtenção de vantagens.
- D)** Residir obrigatoriamente no próprio prédio ou dependência da delegacia de lotação.
- E)** Filia-se a partido político para intermediar demandas de segurança da comunidade local.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 18

18. O artigo 31 da Lei nº 6.425/1972 elenca dezenas de condutas tipificadas como transgressões disciplinares no âmbito da Polícia Civil. Dentre as opções abaixo, assinale a que NÃO constitui uma transgressão disciplinar:

- A)** Referir-se, desrespeitosa e depreciativamente às autoridades e atos da Administração Pública em geral.
- B)** Divulgar, através de qualquer veículo de comunicação, fatos ocorridos na repartição sem autorização.
- C)** Recusar-se a prestar depoimento como testemunha em inquérito policial instaurado na repartição.
- D)** Promover ou participar de manifestações de apreço ou desapreço a quaisquer autoridades.
- E)** Retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 19

19. Um Investigador de Polícia Civil, com o intuito de obter vantagens financeiras indevidas, associou-se a terceiros para atuar no mercado ilegal de empréstimos cobrando juros abusivos. A conduta de "praticar usura em qualquer das formas", prevista no artigo 31, inciso XVII, do Estatuto Policial Civil, configura:

- A) Fato penalmente punível que desconsidera a esfera administrativa.
- B) Exercício de atividade empresarial compatível com as folgas do plantão.
- C) Transgressão disciplinar.
- D) Causa excludente de ilicitude administrativa se praticada sem fardamento.
- E) Infração leve que sujeita o policial apenas a repreensão verbal reservada.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 20

20. Conforme disposição expressa do artigo 32 da Lei nº 6.425/1972, pelo exercício regular de suas atribuições no serviço público, o funcionário policial civil responde:

- A) Apenas administrativamente perante a Corregedoria.
- B) Exclusivamente nas instâncias penal e civil.
- C) Civil, penal e administrativamente.
- D) Apenas perante o Conselho Superior de Polícia.
- E) Civil e administrativamente, sendo imune à responsabilidade penal.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 21

21. A pena disciplinar de repreensão é uma das sanções previstas no artigo 34 do Estatuto Policial Civil. Nos termos do artigo 36, a pena de repreensão:

- A) Poderá ser aplicada verbalmente perante a equipe de plantão da delegacia.
- B) Seria aplicada sempre por escrito e deverá constar do assentamento individual do funcionário, destinando-se às faltas de natureza leve.
- C) Cancela automaticamente a promoção do policial pelos três anos subsequentes.
- D) É aplicável exclusivamente aos ocupantes de cargos de provimento em comissão.
- E) Acarreta o desconto imediato de 10% no vencimento-base do servidor punido.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 22

22. Em consonância com o artigo 37 do Estatuto Policial Civil, a pena de suspensão, aplicável em casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza, possui o seguinte prazo limite de duração:

- A) Não excederá de 15 (quinze) dias.
- B) Não excederá de 30 (trinta) dias.
- C) Não excederá de 60 (sessenta) dias.
- D) Não excederá de 90 (noventa) dias.
- E) Não excederá de 120 (cento e vinte) dias.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 23

23. Determinada transgressão disciplinar praticada por um servidor policial gerou tumulto no atendimento da delegacia e severos prejuízos à imagem da instituição. O artigo 38 autoriza que a pena de suspensão seja convertida em detenção disciplinar por ordem por escrito do Secretário de Segurança Pública ou do Governador do Estado tendo em vista:

- A)** O tempo de carreira do infrator e o seu nível de escolaridade formal.
- B)** A natureza da transgressão, as circunstâncias em que foi praticada e a sua repercussão.
- C)** O parecer favorável da associação de classe dos policiais civis.
- D)** A concordância do Ministério Público Estadual em processo-crime paralelo.
- E)** A comprovação de que o policial não possui bens imóveis em seu nome.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 24

24. Recebida a ordem de detenção disciplinar, o funcionário policial atingido deve adotar o procedimento formal previsto no artigo 40 do Estatuto. Nos termos desse artigo, o funcionário punido deverá:

- A)** Interpor recurso com efeito suspensivo imediato ao Secretário de Segurança.
- B)** Apor o seu ciente na ordem, consignando dia, hora e local do seu recebimento.
- C)** Apresentar-se obrigatoriamente no Batalhão de Polícia Militar em até 24 horas.
- D)** Recolher-se voluntariamente ao estabelecimento prisional comum do Estado.
- E)** Solicitar licença para tratamento de saúde para suspender o cumprimento da sanção.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 25

25. Durante o período de cumprimento da pena de detenção disciplinar, independentemente do local em que esteja sendo cumprida (residência ou sede da SSP), o artigo 42 estabelece limitações ao servidor. De acordo com esse dispositivo, o funcionário:

- A)** Poderá realizar trabalhos administrativos externos durante o dia e recolher-se à noite.
- B)** Não poderá ausentar-se do local a qualquer pretexto, nem ser incumbido de qualquer atividade.
- C)** Deverá cumprir expediente normal de 8 horas na delegacia mais próxima de sua casa.
- D)** Poderá ausentar-se livremente desde que autorizado por telefone pelo chefe imediato.
- E)** Ficará obrigado a prestar serviços comunitários em hospitais da rede pública.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 26

26. Um policial civil que se encontrava cumprindo pena de detenção disciplinar na sede da Secretaria de Segurança Pública teve a execução da sanção interrompida provisoriamente por ato do titular da Pasta. Conforme o artigo 43 do Estatuto, a interrupção ou suspensão da detenção disciplinar pelo Secretário de Segurança Pública é admitida em casos de:

- A)** Pedido formal de férias regulamentares apresentado pelo servidor punido.
- B)** Necessidade de serviço, de emergência, de segurança nacional ou de saúde.
- C)** Mudança de domicílio do servidor para outro município do interior.
- D)** Celebração de festividades oficiais ou feriados nacionais prolongados.
- E)** Aniversário natalício do policial ou de seus dependentes diretos.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 27

27. Nos termos do artigo 49 da Lei nº 6.425/1972, a pena de demissão será aplicada ao funcionário policial civil em diversas hipóteses de faltas de extrema gravidade. Dentre as alternativas a seguir, assinale a que indica uma causa de demissão expressamente prevista no inciso III do referido artigo:

- A)** Atraso de 15 minutos na chegada ao plantão policial.
- B)** Abandono de cargo.
- C)** Falta de urbanidade no tratamento com colegas de trabalho.
- D)** Uso de aparelho celular particular durante o expediente de serviço.
- E)** Perda injustificada da carteira funcional de policial civil.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 28

28. A pena de demissão do funcionário policial civil também é aplicável quando ocorre a prática de crimes contra a estrutura do Estado. De acordo com o artigo 49, incisos I e II, a demissão será aplicada nos casos de crime contra a:

- A)** Ordem tributária estadual ou contra o meio ambiente.
- B)** Segurança Nacional ou contra a Administração Pública.
- C)** Organização do trabalho ou contra o patrimônio privado de terceiros.
- D)** Fé pública cometidos antes do ingresso no cargo policial.
- E)** Honra praticados em redes sociais contra particulares.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 29

29. O ato de demissão do funcionário policial civil possui requisitos formais exigidos pelo Estatuto para a sua validade administrativa. Conforme preceitua o artigo 50 da Lei nº 6.425/1972, o ato de demissão:

- A) Deverá omitir a motivação para preservar a intimidade e a honra do servidor.
- B) Mencionará sempre a causa da penalidade.
- C) Dependerá de prévia publicação de edital em jornal de grande circulação.
- D) Só produzirá efeitos após a apreciação pelo Tribunal de Contas do Estado.
- E) Pode ser aplicado de forma genérica sem especificação do dispositivo violado.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 30

30. No que tange às autoridades competentes para a aplicação das penalidades disciplinares no âmbito da Polícia Civil de Pernambuco (Art. 52), o Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública possui competência para aplicar as penas de:

- A) Repreensão e suspensão até vinte (20) dias.
- B) Demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- C) Apenas repreensão e multa até cinco dias de vencimento.
- D) Suspensão por até noventa dias e detenção disciplinar.
- E) Destituição de função e suspensão preventiva por seis meses.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 31

31. As penas preventivas são medidas acautelatórias que visam resguardar a regularidade das investigações disciplinares. De acordo com os artigos 53 a 55 da Lei nº 6.425/1972, a suspensão preventiva e a detenção disciplinar preventiva:

- A) Podem ser impostas exclusivamente pelo Governador do Estado por prazo indeterminado.
- B) Podem ser prorrogadas pelas autoridades competentes até o limite de 90 (noventa) dias, após o que cessarão os respectivos efeitos, ainda que o processo não esteja concluído.
- C) Extinguem automaticamente o vínculo funcional do policial se o inquérito durar mais de 30 dias.
- D) Acarretam o desconto imediato de 50% dos vencimentos durante todo o período de apuração.
- E) Só podem ser aplicadas caso o policial já tenha sido condenado criminalmente em primeira instância.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 32

32. A apuração de irregularidades cometidas por funcionários policiais civis no serviço público será promovida através de processo disciplinar. Conforme o artigo 56, parágrafo único, do Estatuto, o processo disciplinar compreenderá:

- A) A sindicância e o inquérito disciplinar.
- B) A auditoria fiscal e o termo circunstanciado de ocorrência.
- C) O inquérito policial e a ação civil pública por improbidade.
- D) A verificação prévia sumária e o julgamento pelo Tribunal do Júri.
- E) O exame psicotécnico e a avaliação periódica de desempenho.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 33

33. O processo disciplinar precederá obrigatoriamente a aplicação de penalidades mais severas ao policial civil. Nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.425/1972, o processo disciplinar precederá a aplicação das penas de:

- A) Suspensão por mais de quinze (15) dias, destituição de função, demissão e cassação de disponibilidade.
- B) Repreensão por escrito e multa de até três dias de vencimento.
- C) Advertência verbal reservada e suspensão de até cinco dias.
- D) Remoção a pedido e transferência de lotação por conveniência do serviço.
- E) Qualquer penalidade disciplinar, inclusive a de repreensão leve.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 34

34. Em relação às regras e procedimentos aplicáveis ao inquérito e à sindicância disciplinar instaurados contra policiais civis, o artigo 59 do Estatuto estabelece que:

- A) Seguirão o rito do Código de Processo Penal militar sob supervisão de um juiz auditor.
- B) Terão o mesmo rito processual dos seus similares administrativos inerentes aos funcionários civis do Estado.
- C) Adotarão procedimento sumário e oral sem necessidade de registro dos depoimentos por escrito.
- D) Serão regidos inteiramente por regulamento interno secreto baixado pelo Conselho Superior de Polícia.
- E) Não se submetem às garantias do contraditório e da ampla defesa por se tratar de atividade policial.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 35

35. O inquérito disciplinar destinado a apurar faltas graves cometidas por policiais civis é promovido por uma Comissão Permanente de Disciplina. Nos termos do artigo 61, parágrafo único, a autoridade que determinar a instauração do processo encaminhará o inquérito à Comissão Permanente através do:

- A) Gabinete do Governador do Estado.
- B) Órgão de pessoal da Secretaria da Segurança Pública.
- C) Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.
- D) Conselho Superior de Polícia Civil.
- E) Ministério Público do Estado de Pernambuco.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 36

36. De acordo com o artigo 62 da Lei nº 6.425/1972, para atender às necessidades do serviço público e ao fluxo de processos disciplinares na Secretaria de Segurança Pública:

- A) Poderá haver até dez Comissões Permanentes de Disciplina em cada município polo do Estado.
- B) Poderá haver duas Comissões Permanentes de Disciplina, com as designações respectivas de Primeira e Segunda.
- C) Deverá ser criada obrigatoriamente uma Comissão Permanente de Disciplina em cada Delegacia Seccional.
- D) Haverá apenas uma única Comissão Permanente de Disciplina com sede no Palácio do Governo.
- E) As Comissões Permanentes serão extintas e substituídas por juizados especiais administrativos.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 37

37. Os membros das Comissões Permanentes de Disciplina exercem suas atribuições por prazo determinado. Conforme o artigo 63 do Estatuto Policial Civil, os membros das referidas comissões terão o mandato de:

- A) 6 (seis) meses, vedada qualquer prorrogação ou recondução.
- B) 12 (doze) meses, prorrogável pelo tempo necessário à ulatimação dos processos disciplinares que se encontrem em fase de indicação.
- C) 24 (vinte e quatro) meses ininterruptos, com recondução compulsória por igual período.
- D) 36 (trinta e seis) meses, coincidente com o mandato do Governador do Estado.
- E) 3 (três) meses, renováveis mensalmente mediante portaria do Diretor de Pessoal.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 38

38. O artigo 68 do Estatuto cuida das hipóteses de destituição ou perda de mandato de membro da Comissão Permanente de Disciplina. De acordo com esse artigo, perderá o mandato o membro da comissão que:

- A) Completar mais de dez anos de efetivo serviço na carreira policial civil.
- B) Se conduzir desidiosamente no desempenho de suas funções ou for punido em processo disciplinar ou administrativo.
- C) Divergir fundamentadamente do voto emitido pelo Presidente da Comissão no relatório final.
- D) For promovido pelo critério de antiguidade para a classe superior de sua carreira.
- E) Requerer licença para tratamento de saúde por período superior a trinta dias.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 39

39. A revisão do processo disciplinar é admissível sob certas condições formais e materiais. Contudo, o artigo 71 da Lei nº 6.425/1972 estabelece expressamente razões que NÃO constituem fundamento para a revisão do processo disciplinar. Assinale a alternativa que indica uma dessas vedações:

- A) A simples alegação de injustiça da penalidade ou a arguição de nulidade não suscitada no mesmo, bem como a que não tenha sido considerada procedente.
- B) A demonstração de falsidade dos depoimentos testemunhais que serviram de base à condenação.
- C) O surgimento de documentos novos capazes de provar a inocência do funcionário punido.
- D) A comprovação de que a sanção disciplinar fundou-se em perícia criminal posteriormente anulada.
- E) A descoberta de que a autoridade julgadora agiu com comprovado desvio de finalidade ou prevaricação.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 40

40. A Medalha do Mérito Policial foi instituída pela Lei nº 6.425/1972 no âmbito da Polícia Civil de Pernambuco. Conforme o artigo 72 e seu parágrafo único, a concessão dessa honraria:

- A) É privativa de Delegados de Polícia Civil de Classe Especial que completarem 30 anos de serviço.
- B) Tem o fim de agraciar policiais civis destacados no serviço e personalidades que prestaram serviços relevantes à causa policial, sendo regulamentada por decreto do Poder Executivo.
- C) Concede ao agraciado um aumento perpétuo de 20% sobre o vencimento-base do seu cargo.
- D) Ocorre obrigatoriamente todos os meses em sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado.
- E) É outorgada exclusivamente a cidadãos estrangeiros que prestarem serviços à segurança estadual.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 41

41. O Conselho Superior de Polícia é um colegiado de grande relevância institucional na estrutura policial. De acordo com o artigo 73 da Lei nº 6.425/1972, qual das seguintes autoridades NÃO integra o Conselho Superior de Polícia:

- A) O Secretário da Segurança Pública.
- B) O Diretor da Academia de Polícia Civil.
- C) O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
- D) O Diretor do Departamento de Polícia Científica.
- E) O Diretor do Departamento de Ordem Política e Social.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 42

42. A respeito do funcionamento do Conselho Superior de Polícia (Art. 77 e Art. 78), assinale a alternativa correta quanto ao quórum de reunião e à forma de tomada de decisões:

- A) Reúne-se com a presença da maioria simples e toma decisões por voto público e nominal de seus membros.
- B) Reúne-se estando presente a maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas, em caráter secreto, pela maioria.
- C) Exige a presença de todos os seus nove membros para deliberar e adota o voto aberto por aclamação.
- D) Reúne-se semanalmente sem exigência de quórum mínimo e decide por sorteio em caso de empate.
- E) Reúne-se ordinariamente a cada três anos e exige aprovação por dois terços dos votos para qualquer matéria.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 43

43. O artigo 82 da Lei nº 6.425/1972 cuida da situação do funcionário policial civil que se invalidar definitivamente em razão do serviço público. Nos termos desse dispositivo, esse funcionário:

- A) Será exonerado sumariamente com direito a receber auxílio-doença pelo INSS.
- B) Será promovido ao padrão imediatamente superior ao seu, pelo princípio de merecimento, e aposentado com os vencimentos e vantagens do novo cargo.
- C) Ficará afastado em licença sem vencimentos até que se recupere plenamente da lesão.
- D) Mantém o cargo ativo sendo obrigado a prestar serviços administrativos leves na sede da SSP.
- E) Receberá apenas a indenização do seguro de vida em grupo promovido pela associação de classe.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 44

44. Nos termos do artigo 83, § 1º, da Lei nº 6.425/1972, é assegurada pensão especial aos beneficiários do funcionário policial civil que vier a falecer em razão do serviço ou de moléstia dele decorrente. O valor dessa pensão especial, somada à que couber pelo órgão de previdência:

- A) Equivalerá ao vencimento ou remuneração integral do padrão imediatamente superior ao do funcionário falecido.
- B) Será limitada a três salários mínimos estaduais vigentes na data da concessão.
- C) Equivalerá a 70% do valor da última remuneração básica do servidor falecido.
- D) Será paga em parcela única e desvinculada de qualquer pensão previdenciária normal.
- E) Dependerá da comprovação de que o falecido não possuía outros bens imóveis inventariáveis.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 45

45. A respeito da extensão e do cálculo da pensão especial tratada no artigo 84 e seu parágrafo único da Lei nº 6.425/1972, assinale a afirmativa correta:

- A) A pensão especial não se estende aos beneficiários do policial que falecer após a concessão da aposentadoria por invalidez.
- B) A pensão especial é extensiva aos beneficiários do policial aposentado por invalidez em razão de serviço quando sua morte ocorrer em decorrência dos motivos da invalidez, concedida na base do vencimento em que foi aposentado.
- C) A pensão especial prescreve no prazo de trinta dias a contar da data do óbito do policial em serviço.
- D) O cálculo da pensão especial de policial aposentado por invalidez exclui a Gratificação de Função Policial.
- E) A pensão especial extinguir-se-á obrigatoriamente quando os beneficiários atingirem a idade de 18 anos completos.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 46

46. Para os fins de concessão da pensão especial aos dependentes e herdeiros do policial civil falecido em razão do serviço (Art. 85), a legislação estabelece que são considerados beneficiários as pessoas relacionadas no:

- A) Código Civil Brasileiro em seu capítulo referente ao direito das sucessões.
- B) Artigo 157 da Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968 (Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado).
- C) Regulamento Geral do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- D) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no que tange à tutela e curatela.
- E) Quadro geral de associados do Fundo de Saúde dos Policiais Militares de Pernambuco.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 47

47. Em relação às regras atinentes à cessão do funcionário policial civil para exercer atribuições em outros órgãos da administração pública (Art. 86), assinale a opção correta:

- A)** O policial pode ser posto à disposição de qualquer órgão federal, estadual ou municipal, por tempo indeterminado, para exercer funções administrativas privadas.
- B)** O funcionário policial civil só poderá ser posto à disposição de outro órgão da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal, a critério do Governador, a prazo certo, para exercer atividades de natureza policial.
- C)** A cessão de policiais civis depende de autorização prévia da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.
- D)** É vedada a cessão de policiais civis para órgãos da administração pública federal, permitindo-se apenas para municípios estaduais.
- E)** O policial posto à disposição perde o direito ao recebimento do seu vencimento básico pago pelo Estado de origem.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 48

48. O código de conduta anexo à Lei nº 6.425/1972 e denominado "Código de Ética na Execução da Lei" fixa preceitos morais e funcionais inerentes à atividade policial civil. Dentre seus postulados expressos, afirma-se que é dever fundamental do policial civil:

- A)** Priorizar a aplicação da força e da intimidação no tratamento com suspeitos de infrações penais graves.
- B)** Servir a humanidade, salvaguardar a vida e o patrimônio alheios, e proteger o inocente contra enganos e o fraco contra a opressão.
- C)** Buscar o enriquecimento pessoal legítimo através da prestação de serviços particulares de segurança.
- D)** Submeter os direitos constitucionais dos cidadãos às conveniências investigativas da delegacia.
- E)** Aceitar recompensas e gratificações de cidadãos beneficiados por operações policiais bem-sucedidas.

EP QUESTÃO INÉDITA 2026 — QUESTÃO 49

49. Conforme as diretrizes expressas no Código de Ética na Execução da Lei (Anexo da Lei nº 6.425/1972), no que concerne ao dever de sigilo profissional, o policial civil deve manter em segredo tudo o que vir ou ouvir de natureza confidencial:

- A)** Sem nenhuma exceção, mesmo que requisitado por ordem expressa do Poder Judiciário.
- B)** A não ser que na sua relação seja necessária ao cumprimento do seu dever.
- C)** Apenas durante o período em que estiver lotado na mesma delegacia de polícia.
- D)** Salvo se for compensado financeiramente para revelar informações à imprensa local.
- E)** Até o prazo máximo de cinco anos, após o qual todos os dados tornam-se públicos automaticamente.

50. No que tange ao uso da força, à conduta imparcial e ao cumprimento da lei, o Código de Ética na Execução da Lei estabelece expressamente que o policial civil:

- A)** Poderá permitir que sentimentos pessoais, parcialidade e animosidade influenciem suas decisões em casos complexos.
- B)** Executará a lei cortesmente e apropriadamente, sem receio ou favor, sem malícia ou maldade, sem empregar a força ou violência desnecessárias e sem aceitar gratificações.
- C)** Está autorizado a empregar força física severa para obter confissões de crimes graves contra o patrimônio público.
- D)** Deve flexibilizar os mandamentos legais quando atuar na perseguição de criminosos perigosos reincidentes.
- E)** Pode receber doações e presentes de empresários locais como forma de apoio à infraestrutura policial.

FOLHA DE GABARITO RÁPIDO

Q01	Q02	Q03	Q04	Q05	Q06	Q07	Q08	Q09	Q10
A	C	B	D	B	B	B	B	D	A
Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19	Q20
A	B	C	B	B	B	A	C	C	C
Q21	Q22	Q23	Q24	Q25	Q26	Q27	Q28	Q29	Q30
B	B	B	B	B	B	B	B	B	A
Q31	Q32	Q33	Q34	Q35	Q36	Q37	Q38	Q39	Q40
B	A	A	B	B	B	B	B	A	B
Q41	Q42	Q43	Q44	Q45	Q46	Q47	Q48	Q49	Q50
C	B	B	A	B	B	B	B	B	B

JUSTIFICATIVAS E COMENTÁRIOS DOS GABARITOS

QUESTÃO 01 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 3º, Parágrafo Único: Para efeitos desta Lei, são também considerados funcionários policiais civis os ocupantes de cargos em comissão ou funções gratificadas, com atribuições e responsabilidades de natureza policial.

QUESTÃO 02 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 4º, § 3º: No caso da exigência da Segurança Nacional, ficam os funcionários policiais subordinados à autorização expressa do Secretário de Segurança Pública.

QUESTÃO 03 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 5º, IV: A reintegração é a forma de provimento decorrente da invalidação da demissão do funcionário com ressarcimento dos prejuízos.

QUESTÃO 04 **GABARITO: D**

Justificativa: Art. 6º, II: A nomeação far-se-á em comissão quando se tratar de cargo isolado que, em virtude de Lei, assim deva ser provido.

QUESTÃO 05 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 9º: Nos casos de aproveitamento ou transferência de funcionários para cargos de provimento efetivo de natureza policial, ficarão os mesmos condicionados à prévia aprovação no curso respectivo a ser realizado pela Academia de Polícia Civil.

QUESTÃO 06 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 10, I e III: Exige-se para a posse ser brasileiro, ter completo 18 anos de idade, estar em gozo dos direitos políticos, quite com obrigações militares e eleitorais, e gozar de boa saúde física e psíquica.

QUESTÃO 07 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 11, II: O Diretor do Departamento de Pessoal é competente para dar posse nos demais casos não atribuídos privativamente ao Secretário de Segurança Pública no inciso I do mesmo artigo.

QUESTÃO 08 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 14: A remoção por conveniência da disciplina deverá ser expressamente justificada pelo chefe do serviço e acarretará ao mesmo a perda dos direitos e vantagens atribuídos às outras formas de remoção.

QUESTÃO 09 **GABARITO: D**

Justificativa: Art. 17: As vantagens expressas são: I - ajuda de custo; II - diária; III - salário-família; IV - auxílio-acidente; V - auxílio-moradia; VI - transporte; VII - gratificações. Não há previsão de "participação nos lucros".

QUESTÃO 10 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 19: Ao policial que se deslocar de sua sede em objeto de serviço, missão oficial ou estudo, serão concedidas diárias correspondentes ao período de ausência, a título de indenização das despesas de alimentação e pousada.

QUESTÃO 11 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 21, § 1º: O acidente em serviço terá que ser atestado pelo chefe do órgão a que estiver lotado o funcionário e deverá ser homologado por ato do Secretário de Segurança Pública.

QUESTÃO 12 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 23, Parágrafo Único: O direito ao transporte (passagem e translação da bagagem) estende-se aos dependentes e a um serviçal do policial removido ex officio.

QUESTÃO 13 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 24, VIII: Conceder-se-á gratificação pelo exercício de encargos de auxiliar, professor ou instrutor em cursos legalmente instituídos pela Academia de Polícia Civil.

QUESTÃO 14 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 25, § 2º: O regime de dedicação integral é específico do funcionário policial civil, e o exclui dos regimes previstos no artigo 171 da Lei nº 6.123/1968.

QUESTÃO 15 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 26, § 1º: Quando se tratar de ocupante de cargo ou função de chefia ou assessoramento com atribuições policiais, a gratificação de função policial será calculada sobre o valor do vencimento atribuído ao símbolo do cargo em comissão ou função gratificada.

QUESTÃO 16 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 29, § 1º: Os cursos serão valorados em percentuais que incidirão sobre o vencimento do funcionário policial de 5% a 20%, tendo em vista sua importância e duração.

QUESTÃO 17 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 30, III: É dever do policial frequentar, com assiduidade, para fins de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos profissionais, os cursos instituídos pela Academia de Polícia Civil em que haja sido compulsoriamente matriculado.

QUESTÃO 18 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 31: As demais alternativas contêm incisos expressos do Art. 31 (III, II, IV e IX). Recusar-se a prestar depoimento como testemunha possui tratamento processual penal próprio e não integra o rol fechado de transgressões deste artigo.

QUESTÃO 19 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 31, XVII: "praticar usura em qualquer das formas" está categoricamente arrolado como uma transgressão disciplinar.

QUESTÃO 20 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 32: Pelo exercício regular de suas atribuições o funcionário policial responde civil, penal e administrativamente.

QUESTÃO 21 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 36: A pena de repreensão será sempre aplicada por escrito, e deverá constar do assentamento individual do funcionário, destinando-se às faltas consideradas de natureza leve.

QUESTÃO 22 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 37: A pena de suspensão, que não excederá de trinta (30) dias, será aplicada em casos de falta grave ou de reincidência em faltas de qualquer natureza.

QUESTÃO 23 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 38: A conversão da suspensão em detenção disciplinar pelo Secretário de Segurança ou Governador dará ter em vista a natureza da transgressão, as circunstâncias em que foi praticada e a sua repercussão.

QUESTÃO 24 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 40: Recebida a ordem de detenção disciplinar, o funcionário punido nela aporá o seu ciente, consignando dia, hora e local do seu recebimento.

QUESTÃO 25 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 42: Durante o período da detenção disciplinar, cumprido em qualquer local, o funcionário não poderá ausentar-se do mesmo, a qualquer pretexto, nem ser incumbido de qualquer atividade.

QUESTÃO 26 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 43: Em casos de necessidade de serviço, de emergência, de segurança nacional ou de saúde, o Secretário da Segurança Pública poderá determinar a interrupção ou suspensão da detenção disciplinar.

QUESTÃO 27 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 49, III: A pena de demissão será aplicada nos casos de abandono de cargo.

QUESTÃO 28 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 49, I e II: A pena de demissão será aplicada nos casos de: I - crime contra a Segurança Nacional; II - crime contra a Administração Pública.

QUESTÃO 29 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 50: O ato de demissão mencionará sempre a causa da penalidade (motivação obrigatória).

QUESTÃO 30 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 52, III: O Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública é competente para aplicar as penas de repreensão e suspensão até vinte (20) dias.

QUESTÃO 31 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 55: A detenção disciplinar preventiva não excederá o limite estabelecido na suspensão preventiva, porém ambas poderão ser prorrogadas pelas autoridades citadas até noventa (90) dias.

QUESTÃO 32 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 56, Parágrafo Único: O processo disciplinar compreenderá a sindicância e o inquérito disciplinar.

QUESTÃO 33 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 58: O processo disciplinar precederá a aplicação das penas de suspensão por mais de quinze (15) dias, destituição de função, demissão e cassação de disponibilidade.

QUESTÃO 34 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 59: O inquérito e a sindicância disciplinar terão o mesmo rito processual dos seus similares administrativos inerentes aos funcionários civis do Estado.

QUESTÃO 35 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 61, Parágrafo Único: O inquérito será encaminhado pela autoridade instauradora à "Comissão Permanente de Disciplina", através do órgão de pessoal da Secretaria da Segurança Pública.

QUESTÃO 36 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 62: De acordo com a necessidade de serviço, poderá haver duas "Comissões Permanentes de Disciplina", com as designações respectivas de Primeira e Segunda.

QUESTÃO 37 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 63: Os membros das Comissões Permanentes de Disciplina terão o mandato de doze (12) meses prorrogável pelo tempo necessário à ulatimação dos processos que se encontrem em fase de indicação.

QUESTÃO 38 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 68: Perderá o mandato o membro da Comissão Permanente de Disciplina que se conduzir desidiosamente no desempenho das funções ou que praticar qualquer ato pelo qual venha a ser punido em processo disciplinar/administrativo.

QUESTÃO 39 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 71: Não constitui fundamento para a revisão do processo disciplinar a simples alegação de injustiça da penalidade ou a arguição de nulidade não suscitada no mesmo, bem como a que não tenha sido considerada precedente.

QUESTÃO 40 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 72: Fica instituída a Medalha do Mérito Policial com o fim de agraciar funcionários policiais civis que se tenham distinguido no serviço, bem como personalidades que tenham prestado serviços relevantes à causa policial.

QUESTÃO 41 **GABARITO: C**

Justificativa: Art. 73: O Conselho Superior de Polícia é integrado pelo Secretário, Chefe de Gabinete e pelos Diretores dos Departamentos de Polícia Judiciária, DOPS, Operações, Informações, Polícia Científica, Academia de Polícia Civil e Administração. O Presidente do TJPE não integra o órgão.

QUESTÃO 42 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 78: O Conselho Superior de Polícia se reunirá estando presente a maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas, em caráter secreto pela maioria.

QUESTÃO 43 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 82: O funcionário policial civil que se invalidar, definitivamente em razão de serviço, será promovido ao padrão imediatamente superior ao seu, pelo princípio de merecimento e aposentado com os vencimentos e vantagens do novo cargo.

QUESTÃO 44 **GABARITO: A**

Justificativa: Art. 83, § 1º: A pensão especial, somada à que couber pelo órgão de previdência, equivalerá ao vencimento ou remuneração integral do padrão imediatamente superior ao do funcionário falecido.

QUESTÃO 45 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 84, Parágrafo Único: A pensão especial é extensiva aos beneficiários do funcionário aposentado por invalidez em razão de serviço quando a morte decorrer dos mesmos motivos, concedida na base do vencimento em que o funcionário foi aposentado.

QUESTÃO 46 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 85: Para os fins previstos nos artigos 83 e 84 desta lei, são considerados beneficiários do funcionário policial civil as pessoas relacionadas no artigo 157 da Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968.

QUESTÃO 47 **GABARITO: B**

Justificativa: Art. 86: O funcionário policial civil só poderá ser posto à disposição de outro órgão da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal, a critério do Governador, a prazo certo, para exercer atividades de natureza policial.

QUESTÃO 48 **GABARITO: B**

Justificativa: Código de Ética na Execução da Lei (Anexo): "Como policial civil encarregado da execução da lei, é meu dever fundamental: servir a humanidade; salvaguardar a vida e o patrimônio alheios; proteger o inocente contra quaisquer enganos, o fraco contra a opressão ou intimidação e o ordeiro contra a violência ou a desordem".

QUESTÃO 49 **GABARITO: B**

Justificativa: Código de Ética na Execução da Lei (Anexo): "Tudo que vir ou ouvir de natureza confidencial, ou o que me for confiado, em razão de minha função oficial, será sempre mantido em segredo, a não ser que na sua relação seja necessária ao cumprimento do meu dever".

QUESTÃO 50 **GABARITO: B**

Justificativa: Código de Ética na Execução da Lei (Anexo): "Nunca permitirei que sentimentos pessoais parcialidade, animosidade ou inimizade influenciem minhas decisões. Sem nenhuma transigência ao crime e na implacável perseguição aos criminosos, executarei a lei cortesmente e apropriadamente, sem receio ou favor, sem malícia ou maldade, sem empregar a força ou violência desnecessárias e sem aceitar gratificações".

EP

100 QUESTÕES INÉDITAS

LEI Nº 6.425/1972 - ESTATUTO PCPE



PCPE



CONTEÚDO DE TREINAMENTO INTENSIVO